Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CONCURSO UNIFICADO - MA

SEDUC-MA - Professor – Atendimento Educacional Especializado

SL-174NV-26
7901183013180

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Redação Oficial 7
2. Ortografia 19
3. Acentuação 24
4. Emprego do sinal indicativo de crase 26
5. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 28
6. Relação do texto com seu contexto histórico 32
7. Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia 34
8. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. 35
9. Intertextualidade 37
10. Figuras de linguagem 40
11. Morfossintaxe. Coordenação e subordinação 43
12. Elementos estruturais e processos de formação de palavras 46
13. Pontuação 51
14. Pronomes 58
15. Concordância nominal e concordância verbal 60
16. Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais 64
17. Regência nominal e regência verbal 67
18. Conectivos 70
19. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) 72

Matemática e Raciocínio lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas 87
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 95
3. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações 112
4. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos 126
5. Noções de estatísticas: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão) 134
6. Leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas 136

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software; dispositivos de entrada, saída e armazenamento; softwares utilitários 145
2. Sistemas operacionais (ambiente windows) 154
3. Gerenciamento de arquivos e pastas 164
4. Ferramentas de produtividade: edição de textos, planilhas e apresentações (microsoft office e google workspace) 167

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. Ferramentas de reuniões virtuais (microsoft teams, zoom e google meet) 201
6. Redes de computadores: conceitos básicos de internet e intranet. Navegadores de internet (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome). Pesquisa e busca avançada na internet 204
7. Armazenamento e compartilhamento de arquivos em rede e na nuvem 210
8. Segurança da informação: ameaças digitais, vírus, malware, phishing e engenharia social; antivírus, firewall, senhas seguras, autenticação multifator e procedimentos de backup 213
9. Noções de inteligência artificial generativa e suas aplicações em ferramentas de produtividade (copilot e gemini), pesquisa, elaboração de documentos e automação de tarefas administrativas; uso responsável da inteligência artificial e proteção de informações 228
10. Lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd) 233
11. Transformação digital na administração pública: governo digital, processos e documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas e noções de interoperabilidade entre sistemas 247

Conhecimentos Específicos
SEDUC-MA - Professor – Atendimento Educacional Especializado

1. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Fundamentos, princípios e conceitos da educação especial e da educação inclusiva. Inclusão escolar, equidade, acessibilidade e direito à educação 253
2. Atendimento Educacional Especializado: objetivos, organização, público-alvo e atribuições do professor. Articulação entre AEE, sala de aula comum, família e comunidade escolar 257
3. Público-Alvo da Educação Especial: Estudantes com deficiência; Estudantes com transtornos do espectro autista; Estudantes com altas habilidades/superdotação; Características, necessidades educacionais e estratégias pedagógicas específicas 261
4. Atendimento Educacional Especializado e Práticas Pedagógicas: Planejamento, organização e execução do AEE; Estudo de caso e identificação das necessidades educacionais; Plano de Atendimento Educacional Especializado 265
5. Recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade 269
6. Desenvolvimento da autonomia, participação e aprendizagem do estudante 270
7. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento educacional 272
8. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: Acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal; Tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade; Comunicação alternativa e aumentativa; Recursos adaptados para aprendizagem e participação escolar 279
9. Atendimento a estudantes com deficiência visual, auditiva, física e intelectual 283
10. Currículo, Avaliação e Inclusão Escolar: Adaptações e flexibilizações curriculares; Avaliação da aprendizagem na perspectiva inclusiva 300
11. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) 304
12. Estratégias diferenciadas de ensino e avaliação 307
13. Barreiras à aprendizagem e à participação 313
14. Legislação e Políticas Públicas de Educação Especial: Constituição Federal e direito à educação 317
15. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 321
16. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Normas e diretrizes nacionais para a Educação Especial e o AEE 340
17. Direitos educacionais da pessoa com deficiência e do estudante com TEA 359
18. Educação Inclusiva e Diversidade: Convivência, respeito às diferenças e valorização da diversidade 363
19. Combate ao preconceito, discriminação e capacitismo 366

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

20. Participação da família no processo educacional 370
21. Trabalho colaborativo entre professores, profissionais da educação e demais serviços de apoio 374

Material Digital
Geografia e História do Maranhão

1. Formação territorial e ocupação do espaço maranhense..... 1
2. Localização, limites, divisão político-administrativa e regionalização do Maranhão 5
3. Aspectos físicos e naturais: relevo, clima, solos, vegetação, biomas e domínios de transição. Hidrografia e principais bacias hidrográficas. Litoral maranhense, ecossistemas costeiros e recursos naturais 8
4. População, dinâmica demográfica, migrações, urbanização e rede urbana. Aspectos econômicos: agricultura, pecuária, extrativismo, indústria, mineração, comércio, serviços, turismo, infraestrutura, portos e ferrovias 17
5. Questões ambientais, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável..... 20
6. Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais..... 24
7. Formação histórica do Maranhão. Povos originários e colonização. França Equinocial e ocupação portuguesa. Fundação e formação de São Luís. Economia e sociedade colonial. Escravidão indígena e africana. Produção algodoeira e transformações econômicas. Independência e formação da província..... 28
8. Balaiada: contexto, causas, principais personagens, desenvolvimento e consequências. Maranhão na Primeira República. Transformações econômicas, políticas e sociais no século XX. Industrialização, urbanização, grandes projetos, mineração e infraestrutura 32
9. Maranhão contemporâneo e processo de redemocratização 37
10. Cultura, patrimônio histórico e manifestações culturais maranhenses. Bumba meu boi, Tambor de Crioula, Tambor de Mina, reggae e demais manifestações populares. Literatura e personalidades maranhenses. Patrimônio material e imaterial..... 41
11. Aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais do Maranhão na atualidade 45

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.
https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

REDAÇÃO OFICIAL

Aspectos Gerais da Redação Oficial

- **Redação Oficial**

A redação oficial é o modo como a administração pública se comunica tanto com o público quanto com as instituições governamentais ou privadas, os órgãos e as entidades de qualquer um dos Poderes. Refere-se, portanto, à forma adotada pelo poder público para redigir atos normativos e comunicações oficiais. A linguagem empregada na elaboração desses atos e expedientes oficiais pauta-se pela norma-padrão da língua portuguesa[1].

Para atingir seus objetivos, o texto oficial deve apresentar qualidades básicas de formulação e estruturação, tais como: clareza, precisão, concisão, objetividade, uniformidade, coesão e coerência. Além do uso da norma-padrão da língua portuguesa, os expedientes oficiais precisam seguir os princípios inerentes à administração pública, entre os quais a legalidade, a formalidade e a impessoalidade.

Quando se produz um texto, a inteligibilidade é qualidade essencial a ser buscada, especialmente em relação à correspondência oficial e aos textos normativos; o bom entendimento do conteúdo é primordial para que não ocorram erros de execução das providências solicitadas ou determinadas. Para tanto, é imprescindível que os textos sejam dotados das características explicitadas a seguir.

- **Atributos da Redação Oficial**

A redação oficial deve caracterizar-se por:

Clareza

A clareza é a característica norteadora das demais. Em outras palavras, o objetivo principal de quem redige é tornar seu texto o mais claro possível, transferindo, com precisão, uma ideia para o papel ou para os meios virtuais. A compreensão do documento deve ser imediata. Dessa forma, evita que o receptor interprete, de maneira errônea, a informação[2].

Obtém-se a clareza ao:

- ordenar as ideias e as palavras;
- evitar os períodos longos e as intercalações excessivas;
- escolher adequadamente o vocabulário;
- fugir da gíria e do coloquialismo[1];
- utilizar os termos técnicos somente quando forem indispensáveis;
- evitar ambiguidades[2] e cacofonia[3];
- pontuar adequadamente o texto;
- evitar acúmulo ou excesso de fatos, opiniões ou aspectos;
- ter cuidado especial com o uso do adjetivo e do advérbio;
- preferir períodos curtos, coordenados; fugir dos períodos subordinados longos e vagos;
- desenvolver o texto em torno de ideias principais; evitar acúmulo de ideias secundárias que enfraquecem as primeiras e dispersam o leitor.

Recomenda-se utilizar linguagem técnica e estrangeirismos somente quando indispensáveis, tomando o devido cuidado de explicitá-los se o texto for dirigido a leigos no assunto tratado.

Precisão

Todo texto claro apresenta vocabulário preciso e adequado ao contexto. A precisão, portanto, refere-se à escolha de termos que exprimam de forma específica a ideia a ser transmitida. Falhas nesse quesito decorrem da impropriedade vocabular, ou seja, da inadequação do termo escolhido ao gênero, ao destinatário ou à temática do texto. Também concorrem para a imprecisão o uso de vocábulos genéricos e a confusão entre homônimos e parônimos[4].

Obtém-se a precisão:

- procurando encontrar a palavra certa, consultando, frequentemente, o léxico[5] da língua;

1 COBUCCI, Suely Cobucci, P. Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

2 COBUCCI, Suely Cobucci, P. Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

1 Coloquialismo é a linguagem informal, espontânea e do dia a dia, usada em contextos familiares e entre amigos, que foge das regras gramaticais da norma culta, incorporando gírias, abreviações, regionalismos e construções mais soltas, sendo essencial para a comunicação autêntica, mas inadequada para situações formais como provas e e-mails profissionais.

2 Ambiguidade é a qualidade de uma frase, palavra ou situação ter mais de um sentido ou interpretação possível, gerando incerteza, confusão ou duplos sentidos, sendo um vício de linguagem que prejudica a clareza, mas que pode ser usada intencionalmente para efeitos artísticos ou humorísticos, podendo ser resolvida com melhor contexto ou reformulação da frase.

3 Cacofonia é um vício de linguagem onde a junção das sílabas finais de uma palavra com as iniciais de outra forma um som desagradável, ridículo ou com duplo sentido, sendo comum na fala e escrita e que deve ser evitada, como em "por cada" (porcada) ou "amo ela" (moela).

4 COBUCCI, Suely Cobucci, P. Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

5 O conjunto das palavras e expressões de uma língua é denominado léxico. A noção de léxico é abstrata, visto que não se consegue saber exatamente qual é o total de palavras em uso. Como a língua está em constante mudança, ora surgem palavras novas, ora palavras caem em

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ tendo cuidado com os sinônimos perfeitos;
▪ evitando palavras desgastadas pelo uso e fórmulas feitas;
▪ **evitando pronomes possessivos (fonte de ambiguidade):** seu, sua, etc.
▪ certificando-se de escolher o termo que expressa exatamente a ideia a ser transmitida. Para isso, deve-se evitar o uso excessivo de verbos de sentido genérico empregados no lugar de outros mais específicos, como pôr, ter e fazer.
▪ revendo criteriosamente o texto e, se necessário, reescrevendo-o.

Objetividade

Ser objetivo consiste em ir diretamente ao assunto que se deseja abordar, sem rodeios, sem redundâncias. Para conseguir isso, é fundamental que o redator saiba de antemão qual é a ideia principal da mensagem e quais as secundárias, pois aquela deve vir primeiro que estas. A mistura dessas ideias causa a falta de eficácia de tantos textos profissionais.

A objetividade conduz o leitor ao contato mais direto com o assunto e as informações sem subterfúgios, sem excessos de palavras e ideias. É errado supor que a objetividade suprime a delicadeza de expressão, reduzindo ao máximo o texto, tornando-o rude e grosseiro[1].

Para escrever com objetividade é necessário identificar:
▪ a ideia principal;
▪ as ideias secundárias;
▪ quais as ideias que interessam ser expressas e quais as que devem ser dispensadas.

Concisão

Em respeito ao tempo do leitor, o escritor deve ser breve. Por isso, na apresentação das ideias, deve esforçar-se para economizar palavras e frases, cortando o que for desnecessário. Às vezes, a eliminação de palavras ou frases leva o redator a cortar períodos inteiros. Ótimo, o leitor sai ganhando[2].

Também ajuda na concisão do texto a substituição de palavras e expressões longas por outras mais breves. No final, o texto fica mais ágil e fácil de ler.

Se for possível usar todas as ideias com poucas palavras, o redator encontrou a fórmula ideal para o texto dele. Economia de palavras, sim; de ideias, jamais.

Na prática, a concisão pode ser obtida mediante alguns recursos; vejamos:

Eliminação de artigos indefinidos sempre que possível

Exemplo:

O Brasil, um país tão rico, tem um povo carente.
O Brasil, país tão rico, tem povo carente.

Substituição de todos os e todas as por os e as

Exemplo:

Todas as equipes obtiveram êxito.
As equipes obtiveram êxito.

Dispensa dos substantivos dia, mês e ano nas indicações de data

Exemplo:

O encontro será realizado do dia 7 ao dia 21 de maio.
O encontro será realizado de 7 a 21 de maio.

Utilização de estrutura nominal em lugar de estrutura oracional

Exemplo:

As normas que seriam imprescindíveis para o correto tratamento do caso ainda não foram editadas.
As normas imprescindíveis para o correto tratamento do caso ainda não foram editadas.

Emprego de certas orações na forma reduzida com o uso de particípio

Exemplo:

Se forem constadas irregularidades, o presidente determinará abertura de processo administrativo.
Constadas irregularidades, o presidente determinará abertura de processo administrativo.

Dispensa de verbos auxiliares sempre que possível, sobretudo ser, ter e haver

Exemplo:

Ato normativo irá tratar do assunto com mais profundidade.
Ato normativo tratará do assunto com mais profundidade.

Troca de locuções do tipo verbo + substantivo pelo verbo

Exemplo:

Proceder à coleta de dados – coletar dados.

Retirar ideias excessivas

Exemplo:

Informamos que a entrada, a frequência e a permanência nas dependências desta Seção são terminantemente proibidas, seja qual for o pretexto, a pessoas que não fazem parte de seu quadro de funcionários.
É proibida a entrada de pessoas estranhas.

Não se deve acumular palavras e ideias secundárias enfraquecendo a principal. Nesse caso, são cortadas as informações consideradas não relevantes. Eliminam-se introduções não significativas, explicitações de termos desnecessários, informações ilógicas.

É preciso ter cuidado para não condensar demais as informações, tornando o texto denso e duro. O texto administrativo deve ter cordialidade e elegância de expressão frente ao destinatário.

A concisão não significa enxugar o texto de seus elementos de realce. Muitas vezes, pode-se utilizar uma palavra só para dar ênfase ou explicitar a articulação das ideias.

Exemplo:

Como já é de seu conhecimento. A palavra já poderia não ter sido usada, mas neste momento a sua presença indica que a informação não era novidade.

1 *COBUCCI, Suely Cobucci, P. Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo: Editora Contexto, 2022.*
2 *COBUCCI, Suely Cobucci, P. Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo: Editora Contexto, 2022.*

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES; COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real". Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.
Mais um exemplo:

p	*q*	p -> q	~p	~q	~q -> ~p
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de p->q é igual a ~q -> ~p (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta *(p^q) -> pvq*. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para p^q e pvq.

p	q	p^q	p v q
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com p->q:

p	q	p->q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.
Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	p^q	pvp	p->q	(p^q) -> pvq
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Geralmente, não é simples construir umA tabela-verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de De Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- **1ª lei de Morgan:** ¬(p^q) = (¬p) v (¬q)
- **2ª lei de Morgan:** ¬(p v q) = (¬p) ^ (¬q)

Vejamos o exemplo para decifrar o que dizem estas leis:
p: Carlos é professor
q: a moeda do Brasil é o Real

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MARANHÃO

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE; DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO; SOFTWARES UTILITÁRIOS

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo "informação" é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

- **Diferença entre hardware e software**

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Relação de dependência entre hardware e software**

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

- **Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional**

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

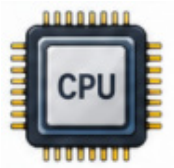
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

- **Conceito de hardware**

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	Processador e placa de vídeo. 
Memória e armazenamento 	Guarda dados temporários ou permanentes.	RAM, ROM, HD, SSD e pen drive. 

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. INCLUSÃO ESCOLAR, EQUIDADE, ACESSIBILIDADE E DIREITO À EDUCAÇÃO

Educação especial e educação inclusiva: campos relacionados

A educação especial corresponde a uma modalidade educacional que organiza recursos, serviços e apoios para responder às necessidades específicas de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. A educação inclusiva, por sua vez, designa uma orientação para o sistema de ensino inteiro: a escola deve acolher a diversidade humana e assegurar condições reais para que todos tenham acesso aos conhecimentos, participem das atividades e mantenham vínculos de pertencimento. Os dois conceitos se articulam, mas não são equivalentes. A modalidade especializada oferece meios particulares de apoio; a perspectiva inclusiva modifica as decisões comuns da instituição, desde a matrícula até as práticas de convivência.

- **Delimitação da modalidade educação especial**

Serviços pedagógicos transversais

A transversalidade significa que a educação especial não se restringe a uma etapa de escolarização nem constitui um currículo paralelo destinado a determinados estudantes. Seus recursos acompanham necessidades identificadas na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e em outras ofertas educacionais. A organização pode envolver atendimento educacional especializado, materiais acessíveis, orientação aos docentes e soluções de comunicação ou mobilidade. O serviço especializado não substitui o contato com os componentes curriculares, os colegas e os professores da turma comum. Sua contribuição se torna efetiva quando o estudante utiliza, em situações reais de aprendizagem, os apoios planejados.

Considere uma turma de sexto ano que realiza um circuito de leitura envolvendo um texto impresso, fichas de personagens e uma conversa coletiva. Uma estudante que não utiliza a leitura visual pode acessar a narrativa em áudio e consultar fichas de personagens em braille. O objetivo da aula permanece ligado à identificação de perspectivas dos personagens e à organização da narrativa. A educação especial contribui com os recursos específicos; a turma organiza a experiência para que a participação não dependa exclusivamente de enxergar o material impresso.

Público específico e atuação educacional

A identificação do público da educação especial orienta a oferta de apoios, mas não autoriza supor necessidades idênticas para todos os integrantes de uma categoria. Entre estudantes com deficiência visual, por exemplo, podem existir diferentes formas de leitura, preferências tecnológicas e graus de autonomia. Pessoas com a mesma condição podem precisar de intervenções distintas diante da mesma tarefa. A análise pedagógica observa a relação entre características pessoais, exigências escolares e obstáculos do ambiente. Desse modo, a definição de apoios não se reduz à classificação de uma condição, tampouco dispensa o diálogo com o próprio estudante.

- **A educação inclusiva como compromisso institucional**

Diferença entre presença física e pertencimento

A matrícula em uma turma comum é indispensável, mas insuficiente quando o estudante permanece afastado das decisões, das interações e das atividades centrais. A presença física pode coexistir com exclusão pedagógica, como ocorre quando alguém recebe tarefas repetitivas sem relação com a aula enquanto os colegas investigam um problema. Pertencer envolve ser reconhecido como participante legítimo, ter sua contribuição considerada e contar com condições para aprender. Isso exige objetivos compartilhados, atividades acessíveis e relações que não transformem diferenças em motivo de isolamento.

O planejamento de uma produção textual coletiva ilustra essa distinção. A atividade pode permitir que uma criança dite ideias, use um dispositivo de comunicação, selecione imagens ou escreva com teclado adaptado. Todas essas formas podem contribuir para uma narrativa comum. Reduzir a tarefa da criança a colorir uma folha desvinculada do texto preservaria sua localização na sala, mas não seu papel intelectual na construção do trabalho.

Superação da lógica de seleção

Modelos escolares seletivos costumam interpretar dificuldades como falhas exclusivamente individuais e condicionar o acesso pleno à capacidade prévia de acompanhar uma rotina uniforme. A perspectiva inclusiva desloca essa pergunta: em vez de questionar se alguém se ajusta à escola existente, examina quais aspectos da escola podem ser transformados para tornar a aprendizagem possível. Essa mudança não significa eliminar exigências de desenvolvimento ou desconsiderar saberes

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

essenciais. Significa organizar percursos variados para alcançar finalidades educacionais legítimas, evitando que características irrelevantes para o conhecimento avaliado funcionem como barreiras.

A responsabilidade deixa de depender exclusivamente de um profissional especializado. Direção, coordenação pedagógica, professores, equipe de apoio e estudantes influenciam a qualidade da inclusão. É necessário promover formação, disponibilizar recursos, organizar tempos de colaboração e avaliar práticas escolares que naturalizam a exclusão. A oferta de um suporte individual deve fortalecer a participação comum, e não criar uma rotina segregada dentro da própria escola.

Direito à escolarização sem discriminação

O direito à educação possui dimensão individual e coletiva. Cada estudante deve poder ingressar, permanecer, participar e aprender, enquanto o poder público e as instituições de ensino assumem obrigações para tornar esse percurso efetivo. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social e fornece fundamentos para a igualdade de condições de acesso e permanência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional organiza a educação especial no sistema educacional. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência reforçam a exigência de um sistema educacional inclusivo, com eliminação de práticas discriminatórias.

▸ Educação como direito e dever público

Garantias jurídicas e compromisso educacional

A efetividade do direito não pode depender de uma avaliação informal sobre a conveniência de receber determinado estudante. A escola precisa providenciar condições de participação, dialogar sobre apoios e articular os recursos existentes. A igualdade formal, expressa no reconhecimento do mesmo direito para todas as pessoas, requer medidas concretas quando obstáculos impedem seu exercício. É por isso que a acessibilidade, os ajustes razoáveis e os serviços especializados integram a realização do direito, não sendo favores concedidos conforme a boa vontade de indivíduos.

Os marcos brasileiros de inclusão convivem com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que reafirma a transversalidade da modalidade e a escolarização em classes e escolas comuns com os apoios necessários. O sentido dessas diretrizes é evitar que o acesso ao ensino seja condicionado à renúncia a direitos ou à aceitação de experiências educativas inferiores. Cabe aos sistemas de ensino organizar ofertas e procedimentos compatíveis com suas responsabilidades, preservando a dignidade do estudante em cada decisão.

Igualdade material e proteção contra discriminação

A discriminação pode ser explícita, como a recusa de matrícula motivada pela deficiência, ou indireta, quando uma regra aparentemente neutra impõe prejuízo desproporcional a quem necessita de acessibilidade. Um formulário disponível apenas em formato visual, por exemplo, pode impedir a participação de responsáveis que utilizam leitores de tela. Da mesma forma, uma atividade com comunicação exclusivamente oral pode excluir estudantes cuja principal forma de expressão seja visual ou apoiada por símbolos. A resposta institucional deve alcançar o modo como procedimentos e ambientes funcionam, não somente as intenções declaradas pelos profissionais.

▸ Responsabilidade da escola pela permanência

Matrícula, apoio e participação cotidiana

Garantir acesso não termina com o registro administrativo. O estudante precisa transitar pelos espaços, usar os materiais, relacionar-se com os colegas e participar das situações em que a aprendizagem acontece. Imagine uma criança com mobilidade reduzida matriculada em uma escola cuja biblioteca funciona em pavimento sem rota acessível. A simples autorização para frequentar a biblioteca não resolve o impedimento. É necessário reorganizar os ambientes e os percursos para que o serviço faça parte de sua vida escolar em condições de autonomia, segurança e convivência.

A qualidade da permanência também pode ser observada no uso dos espaços de recreação, nas atividades culturais e nos momentos de decisão coletiva. Se o estudante está sempre ausente dessas experiências, a instituição precisa investigar causas, providenciar adaptações e verificar se as soluções funcionam. A regularidade da presença não deve ser confundida com participação efetiva, pois o direito envolve dimensões acadêmicas, sociais e emocionais da escolarização.

Combate à exclusão indireta

Procedimentos institucionais podem produzir afastamento sem anunciar qualquer intenção segregadora. Ocorre, por exemplo, quando saídas pedagógicas são planejadas sem considerar transporte acessível, quando comunicados são enviados em formato inacessível ou quando se atribui a uma família a obrigação de providenciar todos os recursos de participação. A escola deve antecipar essas situações no planejamento coletivo, estabelecer responsabilidades e enfrentar barreiras de maneira continuada. A solução não consiste em transferir ao estudante o ônus de negociar individualmente cada acesso.

A relação entre situações de exclusão e respostas institucionais pode ser explicitada por critérios operacionais. A comparação evidencia que medidas universais e apoios específicos não concorrem entre si; ambos são necessários conforme o impedimento identificado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.